

**INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – IPADES**

DESTAQUES IPADES

Julho 2018

**COMBATE AO DESMATAMENTO ZERO E O IMPACTO SOCIECONÔMICO NOS
ESTADOS DE MATO GROSSO E PARÁ**

O Brasil sendo um país continental e com enorme diferença social necessita mais planejamento e menos ideologia na formulação de suas políticas com abrangência nacional, isto porque elas trazem custos social e regional diferentes, que recaem sobre a sociedade, direta ou indiretamente.

Tome-se como exemplo as políticas de zerar o desmatamento. Não há dúvida da sua relevância e da necessidade da sua aplicação. Seus benefícios ambientais são inequívocos com reflexos na economia, mas há lacunas que não são observadas e dizem respeito sobre os impactos nos estados diretamente atingidos e para as famílias mais pobres, que dependem de atividades econômicas relacionadas ao desmatamento – como a pecuária extensiva e a produção extrativa de madeira, ambas de baixa produtividade. Essas atividades devem desaparecer, no entanto é preciso não esquecer as famílias que não possuem opção de trabalho no curto prazo para substituir a ocupação anterior.

A priori esta constatação parece ser uma defesa daqueles que se opõem a política de desmatamento zero, e usá-la, e pode ser. Sabe-se que o adiamento da solução dessa política é a manutenção de atividades de baixo retorno econômico e alto impacto ambiental, aprisionando os Estados de fronteira agrícola em um ciclo de dependência que os impede de expandir os horizontes de seu processo de desenvolvimento.

Lançado no final de 2017, o estudo “Qual o Impacto do Desmatamento Zero no Brasil”, do Instituto Escolhas, mostra o efeito do desmatamento zero sobre os salários dos trabalhadores dos Estados de Mato Grosso e Pará, -5,18 e -3,14 respectivamente, no acumulado entre 2016 e 2030, em percentual. Quanto ao PIB desses Estados a perda é de -2,05 e -3,17 respectivamente.

Embora as perdas sejam baixas considerando-se um horizonte de tempo de quinze anos, e que zerar o desmatamento não deva ser feito, pois é fundamental para a sociedade e a economia brasileira, mostra apenas que que é preciso ponderar como devem ser implementadas para dar conta dos dois problemas que ocorrerão.

No entanto, o estudo serve para que se prevejam respostas a essas questões na formulação das políticas públicas que levem ao fim do desmatamento. Entre as soluções que poderiam corrigir essas perdas, estão instrumentos de políticas públicas já existentes, como o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), e investimentos para aumentar os percentuais anuais na produtividade da terra na Amazônia Legal.

Um incremento de produtividade anual da bovinocultura de corte na ordem de 0,79% e de 0,52% no Pará e Mato Grosso respectivamente, compensariam as perdas econômicas de zerar o desmatamento nesses Estados, e mais que isso atuaria na modernização dessa atividade expressiva em toda a região contribuindo para inseri-la no desenvolvimento sustentável.

ECONOMIA BRASILEIRA EM MARCHA LENTA

Os indicadores econômicos têm mostrado resultados positivos, ainda que não suficientes para mudar significativamente a percepção de curto prazo dos agentes em relação ao desemprego e a queda da renda verificada nos anos anteriores. A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (INPC) tem surpreendido positivamente, situando-se abaixo das expectativas dos economistas, para os primeiros meses do ano, ficando em 2,68% no primeiro trimestre, no resultado acumulado em doze meses.

O destaque para esse comportamento continua sendo a queda dos preços dos alimentos, com variação negativa do grupo alimentação no índice 1,63% no acumulado em 12 meses terminados em março deste ano. É a agricultura brasileira mostrando cada vez mais sua consolidação na segurança alimentar dos brasileiros.

Mas a atividade econômica, por sua vez, dá sinais de que a retomada do crescimento em 2018 será muito mais moderada do que o previsto inicialmente, isto porque a produção industrial e outros indicadores que sinalizam o ritmo da atividade no país apontam para uma atividade mais fraca do que se supunha alguns meses atrás.

Um fator que está contribuindo de forma bastante forte para esse comportamento é o ano eleitoral que indicará se o país com os novos governantes terá ou não mudança na sua política econômica e enfrentará as reformas necessárias e urgentes a serem feitas, entre elas a inadiável reforma da previdência social.

No campo externo, o destaque fica por conta do desempenho da economia norte-americana, e seu reflexo na permanência de juros internacionais baixos, os quais têm beneficiado as economias emergentes ao longo dos últimos anos, mas que está dando sinais de estar se encerrando. Caso aconteça, seus impactos sobre as economias dos países emergentes não serão neutros, com potencial depreciação da moeda desses países frente ao dólar norte-americano.

De qualquer forma, o ano de 2018 parece relativamente dado para a economia brasileira. O quadro econômico do próximo ano, no entanto, depende inteiramente do resultado das eleições de outubro, que mostrará se a sociedade brasileira está ou não entendendo o grande desarranjo no qual o país foi mergulhado tanto na economia como na política. A eleição será um indicador do amadurecimento do eleitorado brasileiro para essas duas questões básicas para o desenvolvimento nacional.

SOLUÇÕES PARA A FLORESTA MEDIANTE A PERDA DE VEGETAÇÃO NATIVA

Quando do desmatamento de uma área de floresta os chamados efeitos de borda determinados em grande parte por mudanças em insolação e umidade influenciam áreas vizinhas alterando a composição de espécies animais e vegetais, assim como seu funcionamento ecológico. É o que indica um estudo liderado pelos ecólogos Marion Pfeifer, da Universidade de Newcastle, e Robert Ewers, do Imperial College de Londres, ambos no Reino Unido, publicado em novembro de 2017 na revista Nature onde os pesquisadores mostram que 85% das espécies são afetadas por esse efeito. Isto porque a “floresta torna-se outra” segundo a bióloga brasileira Cristina Banks-Leite, professora do Imperial College de Londres e coautora do estudo.

Um dos efeitos a serem estudados diz respeito aos insetos polinizadores que também polinizam as lavouras, nos denominados serviços ambientais. No entanto, nem todas as espécies têm a mesma sensibilidade aos efeitos de borda. Outro aspecto levantado pelo Centro de Pesquisa em Biodiversidade e Clima Senckenberg, na Alemanha, publicado em janeiro na Science, demonstra que essa alteração também afeta o ciclo de nutrientes do ecossistema e a dispersão de sementes.

Pesquisa de uma equipe do Laboratório de Ecologia Aplicada à Conservação, da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc) em Ilhéus, na Bahia, que por meio de análise na escala da paisagem ao longo de cinco anos do projeto em áreas de florestas remanescentes em fazendas, têm demonstrado como desmatamento gera uma mudança na Mata Atlântica nessa região do Sul baiano. A bióloga Deborah Faria, coordenadora do laboratório assim se expressa; “Mostramos que o desmatamento leva a degradação da estrutura física, a alterações nos padrões de composição e à abundância de espécies e de processos ecológicos da floresta remanescente”.

Estamos diante de uma realidade na qual o impacto ambiental é inevitável, pois se precisa da produção agropecuária, e esta desmata. O caminho a seguir é com a interação entre pesquisa ecológica, agropecuária e florestal no sentido de minimizar esses impactos, e buscar a permanência da reserva legal nas propriedades produtoras, manter as áreas de preservação permanente nos mananciais aquíferos e recompor a vegetação em áreas antropizadas que não estejam produzindo. Tudo isso passa pela conscientização da sociedade e no comportamento racional de ambientalistas e produtores.

LEVANTAMENTO BOTÂNICO DAS AMÉRICAS

Biodiversidade ou diversidade biológica constitui o termo utilizado para a variedade de formas de vida existentes na Terra. É o resultado de bilhões de anos de mudanças e adaptações, moldadas pelos diversos eventos naturais ocorridos e pela influência das atividades antrópicas desde a sua existência. Consiste também nas diferenças genéticas intra e inter espécies, além da variabilidade de ecossistemas. As estimativas apontam para a existência de 5 a 30 milhões de espécies vivas em nosso planeta. Entretanto, de acordo com convenções científicas internacionais, o número de espécies inventariadas e incluídas em bases de dados não chega a dois milhões.

A importância do Levantamento Botânico das Américas tem a dimensão da própria flora, indo da ecologia à economia em todas as suas dimensões. Esse levantamento é o resultado de um trabalho lento e colaborativo patrocinado pela Convenção da Biodiversidade Biológica (CDB), para a elaboração das listas de cada país, que começou há trinta anos. A CDB é um tratado internacional multilateral que, como seu nome sugere, trata da proteção e do uso da diversidade biológica em cada um dos 168 países signatários. Foi assinado em 5 de junho de 1992.

O Brasil, com 33.161 espécies, e a Colômbia, com 23.104, lideram um levantamento recém-publicado sobre a diversidade nas Américas de plantas vasculares, que incluem aquelas com flores e as samambaias (Science, 22 de dezembro de 2017). Coordenado por Carmen Ulloa Ulloa, do Jardim Botânico de Missouri, nos Estados Unidos, o trabalho indicou que as Américas abrigam 124.933 espécies de plantas vasculares, distribuídas em 6.227 gêneros e 355 famílias. O total corresponde a 1/3 das espécies desse grupo, que compreende a maioria das plantas terrestres já identificadas.

América do Sul lidera com 82,052 espécies, das quais 73.552 são endêmicas, na América do Norte estão catalogadas 51.241, espécies com 42.941 exclusivas; apenas 8.300 espécies vivem nos dois continentes. Comparações extra continentes. A área da África é duas vezes maior que a da América do Sul, mas sua flora é 6% menor; as orquídeas representam o grupo mais diversificado nas Américas, com 12.983 espécies. Em média 744 são descritas novas espécies são descritas por ano e ainda existem de 3,5 a 7 mil por serem descritas no Brasil.

Diferenças de relevo, clima e altitude ajudam a enter essa diversidade, é o que revela a botânica Rafaela Campostrini Forzza, pesquisadora do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e coautora do estudo.